



Relatório e Contas

Aprovado no Conselho Geral de
20 de abril de 2026

121
luc
m
JF
LOS

Índice

1. Órgãos Sociais	3
2. Constituição e Objetivos	4
3. Caracterização da Instituição	8
4. Análise Económica e Financeira	11
5. Perspetivas de Evolução a Médio Prazo	19
6. Proposta de Aplicação de Resultados	22
7. Proposta de Aumento dos Fundos Patrimoniais por Incorporação dos Resultados Transitados	22
8. Considerações Finais	23
9. Demonstrações Financeiras	25
10. Relatórios e Pareceres dos Órgãos de Fiscalização	53



1. Órgãos Sociais

Conselho Geral

Presidente da Mesa:	Prof. Doutor Rogério Anacleto Cordeiro Colaço (em representação do associado IST)
Primeiro Secretário:	Prof. Doutor Rodrigo Seromenho Miragaia Rodrigues (Presidente do Conselho Científico)
Segundo Secretário:	Prof. Doutor Arlindo Manuel Limede de Oliveira (em representação do associado INESC)

Conselho de Diretores

Presidente:	Prof ^a Doutora Maria Inês Camarate de Campos Lynce de Faria
Comissão Executiva:	
Presidente:	Prof. Doutor Miguel Nuno Dias Alves Pupo Correia
Vogal Executivo:	Prof. Doutor João Paulo Baptista de Carvalho
Vogal Executivo:	Prof. Doutor Nuno Filipe Valentim Roma
Vogal Executivo:	Prof ^a Doutora Helena Isabel de Jesus Galhardas
Vogal Não Executivo:	Prof. Doutor Luís Miguel de Oliveira e Silva
Vogal Não Executivo:	Eng. Fernando Rui de Oliveira Moreira

Conselho Fiscal

Presidente:	Prof. Doutor João Manuel Ricardo Catarino
Vogal:	Prof ^a Doutora Maria Isabel Marques Dias
Revisor Oficial de Contas:	Prof. Doutor Victor Domingos Seabra Franco (em representação da Grant Thornton – SROC, Lda.)



2. Constituição e Objetivos


O INESC-ID (Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores: Investigação e Desenvolvimento em Lisboa) é uma instituição dedicada à Investigação & Desenvolvimento e Inovação (I&D+i) avançados nos campos da Ciência da Computação e da Engenharia Eletrotécnica e de Computadores. O INESC-ID foi criado em julho de 1999, como resultado da reorganização das atividades de I&D da sua instituição-mãe, o INESC, em Lisboa. Dessa reorganização, foram criados cinco institutos: o INESC-ID, o INOV, o INESC-MN, o INESC TEC e o INESC Coimbra.

O INESC-ID é uma associação privada sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, por despacho do Senhor Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro de 3 de setembro de 2003, publicado na II Série do Diário da República de 27 de setembro de 2003. Foi ainda reconhecida, ao INESC-ID, idoneidade em matéria de I&D, pelo Despacho Conjunto nº 682/2002 dos Ministérios da Economia e da Ciência e da Tecnologia, publicado em Diário da República, II série, de 3 de setembro de 2002. Em 3 de Dezembro de 2004, por despacho da Senhora Ministra da Ciência, Inovação e Ensino Superior, o INESC-ID assumiu o Estatuto de Laboratório Associado, nos termos e para os efeitos do disposto no Decreto-Lei nº 125/99 de 20 de abril, substituído, durante o ano de 2019, pelo Decreto-Lei nº 63/2019 de 16 de maio. O INESC-ID renovou o seu estatuto de Laboratório Associado em 2021, por um período de 10 anos. O INESC-ID é um Laboratório Associado do Ministério da Educação, Ciência e Inovação de Portugal desde dezembro de 2004.

O INESC-ID possui ainda o reconhecimento da sua atividade científica para efeitos de Mecenato Científico.

Os seus associados são:

- IST - Instituto Superior Técnico (51%);
- INESC - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (49%).



Em finais de 2024, o Conselho Geral, numa decisão acompanhada pela Direção e pela Comissão Coordenadora do Conselho Científico, atualizou os Estatutos da instituição. A alteração mais relevante foi a secção III relativa ao Conselho de Diretores. Enquanto na versão anterior se previa a existência de uma Direção única, na versão atual existe um Conselho de Diretores eleito pelo período de três anos, a partir do qual pode ser formada uma Comissão Executiva, estabelecendo uma distinção clara entre diretores executivos — responsáveis pela gestão corrente da instituição — e não executivos — responsáveis pela orientação estratégica.

De acordo com o Artigo 2º dos seus Estatutos, o INESC-ID tem como objeto o exercício da atividade de investigação científica, desenvolvimento tecnológico, bem como a prestação de serviços nas áreas das tecnologias de informação, telecomunicações, eletrónica, computadores e energia. Para isso, tem em conta a realização de investigação científica e tecnológica de base nas áreas a que se dedica. Promove a transferência de conhecimentos e a utilização de tecnologias avançadas por empresas e instituições, sensibilizando-as para os seus benefícios e apoiando-as na sua implementação através de consultoria, demonstração e formação. Contribui para a definição de políticas públicas que respondam aos desafios sociais, ambientais e económicos. Estabelece contratos-programa com entidades públicas ou privadas, visando intervenções estruturadas e programáticas de médio e longo prazo. Facilita a formação de recursos humanos qualificados, através de cursos especializados, estágios e apoio à realização de trabalhos de mestrado e doutoramento, publicando os resultados da investigação a que se dedica e difundindo a cultura científica e tecnológica nas suas áreas de atuação. Promove a proteção da propriedade intelectual resultante da investigação e fomenta a permuta de informação científica e técnica com outras instituições. Promove ainda o debate e a divulgação de resultados através da organização de colóquios, seminários e conferências. Adicionalmente, exerce quaisquer outras atividades de carácter eminentemente científico e tecnológico que o Conselho Geral ou o Conselho de Diretores, com o acordo do Conselho Científico, entendam dever prosseguir.

Os objetivos estratégicos para o período 2020-2030, bem como a caracterização geral da instituição, encontram-se descritos em detalhe no relatório de atividades do ano em análise.



na
11/19
IUF
L05





Estes estão estruturados em torno de 5 pilares principais, que resultam de uma visão a longo prazo focada em áreas-chave para impulsionar a inovação e o impacto social: Excelência Científica, Internacionalização, Transferência de Tecnologia, Impacto Social e Desenvolvimento de Talento.

Pilar 1 - Excelência Científica

- Publicar em locais de prestígio, seguindo diretrizes éticas e melhores práticas;
- Impulsionar impacto através de palestras, citações, adoção de software/conjuntos de dados, presença nos meios de comunicação e atividades de ciência aberta;
- Coordenar projetos interdisciplinares europeus e cooperação com a indústria;
- Melhorar a infraestrutura de computação, aperfeiçoar o centro de dados, reforçar a equipa de gestão, desenvolver um ambiente de investigação confiável para dados sensíveis;
- Publicar artigos, artefactos, software e conjuntos de dados em repositórios abertos;
- Formar mestres/doutores através de colaborações com universidades e redes de doutoramento, nomeadamente Marie Skłodowska-Curie Actions (MSCA).

Pilar 2 - Internacionalização

- Participar em programas europeus através do INESC Brussels HUB para promover visibilidade, reputação e representação;
- Reforçar o Gabinete de Gestão de Inovação para coordenar projetos europeus;
- Aumentar participação em redes internacionais (ex. EBSI, CLAIRE, ELIXIR, ELLIS, CurrentOS, VI-HPS);
- Expandir o número de pós-doutorados e alunos de doutoramento internacionais através de divulgação e serviços de apoio à relocalização;
- Apoiar financeiramente a internacionalização de investigadores sob a forma de ida a conferências, escolas e visitas de investigação;
- Organizar conferências internacionais de topo (ex. ACM ICSE 2024).





Pilar 3 – Transferência de Tecnologia

- Encorajar os investigadores a explorar o potencial de comercialização das suas descobertas;
- Fortalecer colaborações com operadores de sistemas e reguladores (ex. E-REDES, ENEDIS, ERSE) e expandir para operadores de transmissão e fornecedores de serviços de flexibilidade;
- Fomentar colaborações com empresas em projetos europeus, projetos RRF (ex. EFACEC, CoLabs, Smart Energy Lab, Unlockit, Sensefinity) e atividades de consultoria;
- Apoiar a criação de startups baseadas em investigação (ex. TestWaves, NeuralShift) através de iniciativas como o Lab2Market@Técnico;
- Apoiar PME e entidades públicas na transformação digital e cibersegurança através dos Hubs Europeus de Inovação Digital ATTRACT e C-HUB.

Pilar 4 – Impacto Societal

- Desenvolver um Gabinete de Comunicação e Divulgação sólido, eficaz e transdisciplinar;
- Reforçar a presença online através do website institucional, redes sociais e novos canais para alcance público e atração de investigadores;
- Participar em eventos de divulgação, envolvimento público e estabelecer redes para aumentar a atratividade de recrutamento e partilhar valor da I&D;
- Apoiar investigadores em atividades de divulgação nos meios de comunicação;
- Contribuir para políticas públicas a nível nacional como Laboratório Associado e europeu através do INESC Brussels Hub;
- Colaborar com o governo e administração pública em estratégias nacionais (ex. Web3, IA, Dados, Cibersegurança) e europeias (ex. Infraestrutura Europeia de Blockchain);
- Promover colaborações com infraestruturas do Roteiro Nacional através de projetos, partilha de dados e candidaturas conjuntas;
- Fomentar parcerias com infraestruturas de relevância internacional, especialmente na arena europeia;





- Formar uma nova geração de investigadores através de colaborações com as 9 instituições de ensino superior parceiras.

Pilar 5 - Desenvolvimento de Talento

- Apoiar novos investigadores contratados no contexto da FCT-Tenure;
- Implementar políticas de gestão de recursos humanos alinhadas com diretrizes nacionais e internacionais em ética e promoção de diversidade, equidade e inclusão;
- Colocar os alunos de doutoramento no centro da instituição através de reuniões mensais, encontros anuais exclusivos e criação de espaços físicos dedicados para *networking* e criação de comunidade;
- Capacitar os investigadores para comunicar resultados e o seu impacto social através de atividades de divulgação e envolvimento com media, com apoio do Gabinete de Comunicação.

3. Caracterização da Instituição

A atividade do INESC-ID, no exercício em análise, foi estruturada em torno de quatro Linhas Temáticas que funcionam como temas unificadores, integrando recursos e competências de múltiplas áreas, tecnologias e disciplinas — incluindo contributos das ciências sociais e humanas. O seu âmbito abrange todo o ciclo de inovação, desde a investigação fundamental até às aplicações de mercado, promovendo a colaboração e sinergia entre as 10 Áreas Científicas para responder aos desafios mais prementes da sociedade atual:

- Transformação Digital e Sociedade;
- Tecnologia da Vida e da Saúde;
- Transição Energética;
- Segurança e Privacidade.





Guiadas pela orientação estratégica das quatro Linhas Temáticas, as 10 Áreas Científicas cobrem uma ampla variedade de tópicos em Ciências e Engenharia da Computação e em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores. Com cerca de dez investigadores doutorados integrados, cada área possui a dimensão e as competências especializadas necessárias para abordar os principais desafios científicos e tecnológicos do seu domínio:

- Inteligência Artificial para as Pessoas e a Sociedade;
- Raciocínio Automático e Software Confiável;
- Sistemas Distribuídos, Paralelos e Seguros;
- Energia Verde e Conversores Inteligentes;
- Interação e Gráficos;
- Tecnologias da Linguagem Humana;
- Arquiteturas e Sistemas de Computação de Alto Desempenho;
- Sistemas de Informação e de Apoio à Decisão;
- Sistemas e Circuitos Nanoeletrónicos;
- Sistemas Sustentáveis de Potência.

O INESC-ID posiciona-se, assim, como uma instituição com elevado impacto social, disponibilizando um número significativo de serviços e produtos para a comunidade. Para o efeito, é privilegiado e promovido o diálogo permanente entre a indústria, a investigação e a academia, através da formalização das diferentes formas de cooperação que o INESC-ID tem estabelecido com diversas entidades, nomeadamente no que concerne a recursos humanos, infraestruturas e partilha de know-how. Em 2025, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia atribuiu ao INESC-ID a classificação máxima de "Excelente" em todas as categorias da sua avaliação, confirmando o posicionamento do instituto como uma das principais unidades de investigação nacionais nos campos da Ciência da Computação e da Engenharia Eletrotécnica e de Computadores.

Para além das parcerias formais, destaca-se ainda um elevado número de acordos de cooperação com outras instituições e empresas, quer no âmbito dos projetos de investigação, quer através de contratos de prestação de serviços.



Em dezembro de 2025, pertencia ao Conselho Científico do INESC-ID (CCIL) um total de 160 investigadores doutorados (dos quais 34 com agregação). O INESC-ID contava ainda com 36 colaboradores externos, 202 estudantes de doutoramento, 332 estudantes de mestrado e 24 profissionais nos gabinetes de apoio e administrativo, representando 26 nacionalidades.

O corpo de investigadores é constituído principalmente por docentes do IST pertencentes aos Departamentos de Engenharia Informática (DEI) e Engenharia Eletrotécnica e de Computadores (DEEC), entre outros.

Na presente data, o INESC-ID tem diversos Third Party Agreements (e outras parcerias) para efeitos de cedência de investigadores que realizam o seu trabalho no âmbito das atividades e nas instalações do INESC-ID, de que o Instituto Superior Técnico é exemplo, entre outras instituições.

Em 2025, o INESC-ID investiu na renovação e reforço da sua equipa com 23 novas contratações, distribuídas entre a área de investigação e as áreas de suporte, elevando para 76 o total de profissionais contratados no instituto.

Os bolsheiros integrados na equipa são, maioritariamente, financiados pela FCT (diretamente ou através de bolsas integradas em projetos de investigação) e no âmbito de projetos europeus. Em 2025, foram atribuídas 212 bolsas pelo INESC-ID e o número de bolsheiros acolhidos com bolsas de outras instituições foi de 74. A maioria dessas bolsas é destinada a programas de mestrado e doutoramento.

Em 2025, o financiamento do INESC-ID proveio essencialmente das seguintes fontes relacionadas com a atividade operacional:

- Contratos de I&D com empresas e instituições nacionais e estrangeiras, no valor de 818 mil euros;
- Subsídios de instituições nacionais, no montante de 4,3 milhões de euros (nos quais se incluem 2,9 milhões de euros relativos à execução das 5 agendas PRR em que o INESC-ID participa, terminando 2025 com perto de 80% de execução, e correspondendo a um financiamento total de mais de 11,3 milhões de euros).



- Projetos de investigação internacionais efetuados em parceria com outras instituições de I&D e empresas nacionais e estrangeiras, de entre os quais sobressaem os projetos financiados pela Comunidade Europeia, no valor de 2,1 milhões de euros;
- Subsídios ao investimento no montante de 361 mil euros;
- Proveitos de conferências no montante de 67 mil euros.

4. Análise Económica e Financeira

Enquadramento Macroeconómico

Segundo os dados mais recentes do Banco de Portugal (dezembro de 2025), a economia portuguesa terá crescido cerca de 1,9% em 2025, mantendo um desempenho acima da média da União Europeia (1,5%).

A evolução do Produto Interno Bruto (PIB) foi sustentada sobretudo pela procura interna, com uma contribuição de cerca de 2,0 pontos percentuais, destacando-se a aceleração do consumo privado (1,2 pontos percentuais), estimulada pelo aumento das remunerações. Em sentido contrário, as exportações registaram um ligeiro decréscimo (-0,1 pontos percentuais), interrompendo o dinamismo observado nos anos anteriores. O investimento apresentou um crescimento moderado (0,3 pontos percentuais), repartido de forma equilibrada entre os setores público e privado.

O mercado de trabalho manteve uma evolução favorável, com aumento do emprego e dos salários reais, tendo a taxa de desemprego, em percentagem da população ativa, estabilizado em cerca de 6%.

Após uma redução significativa da inflação nos últimos anos - de 5,3% em 2023 para cerca de 2,2% em 2025 - perspetiva-se agora uma tendência de aumento gradual. Esta evolução decorre da deterioração do enquadramento externo, em particular na sequência do ataque lançado pelos Estados Unidos e por Israel ao Irão no final de fevereiro de 2026, com impactos





we
M
M
JF
\$
LoS

nos fluxos comerciais de petróleo, gás natural e fertilizantes provenientes do Golfo Pérsico, devido a estrangulamentos no Estreito de Ormuz. A subida acentuada dos preços das matérias-primas energéticas deverá ter um impacto negativo na atividade económica e positivo na inflação, sobretudo em 2026. As condições meteorológicas extremas registadas em Portugal no início do ano constituem igualmente um fator de pressão sobre a atividade económica.

Apesar deste enquadramento global adverso, alguns fatores continuam a sustentar o crescimento económico em 2026, designadamente a resiliência do mercado de trabalho, o impulso associado à execução do PRR e a orientação expansionista da política orçamental. No médio prazo, a evolução da economia deverá permanecer condicionada pelos efeitos da dinâmica demográfica sobre a oferta de trabalho e pela redução das transferências líquidas da União Europeia. Quanto à evolução dos preços, a dissipação gradual do choque nos preços da energia e a manutenção de expectativas de inflação de longo prazo ancoradas deverão contribuir para a estabilidade dos preços no consumidor, tanto em Portugal como na área do euro.

Para o período 2026-2027, as projeções do Banco de Portugal apontam para a continuação de uma trajetória de crescimento económico, ainda que a um ritmo inferior ao observado nos anos anteriores. Persistem, contudo, riscos inflacionistas associados à evolução dos atuais conflitos internacionais e de outros focos de tensão geopolítica, em particular no Médio Oriente, caso estes se prolonguem para além do primeiro trimestre de 2026. Ainda assim, o crescimento do PIB português deverá manter um diferencial positivo face à média da área do euro, estimado em cerca de +0,9 pontos percentuais.

No que respeita à atividade de investigação e desenvolvimento, onde se inserem instituições como o INESC-ID, a evolução deste contexto macroeconómico e geopolítico, bem como as orientações das políticas nacionais e europeias relativas aos mecanismos de financiamento e aos programas de apoio à ciência e inovação, constituirão fatores determinantes para a dinâmica futura do setor.



he
 NI
 178
 JCF
 los

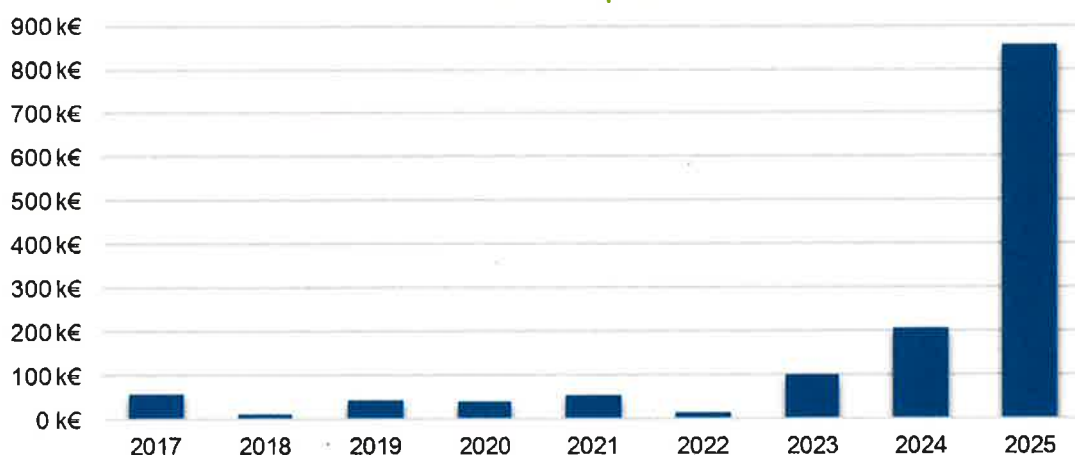
Desempenho Operacional e Resultados

O exercício de 2025 manteve o comportamento de crescimento da atividade do INESC-ID registado nos últimos anos, com os rendimentos totais a passarem de 7,68 milhões de euros em 2024 para 8,5 milhões de euros em 2025, representando um aumento de cerca de 10.7%.

Parte deste aumento dos rendimentos resulta da transição em julgado do processo judicial referente ao Imposto de Valor Acrescentado (IVA) de 2003, com decisão totalmente favorável para o INESC-ID, daí resultando um encaixe extraordinário de cerca de 686 mil euros, maioritariamente devido à anulação de uma provisão anteriormente realizada para este efeito, no valor de 579 mil euros, acrescida do recebimento do pedido de reembolso, no valor de 62 mil euros, e respetivos juros de mora e compensatórios pagos pela Autoridade Tributária, no valor de 45 mil euros.

Em consequência destes proveitos extraordinários, o Resultado Líquido apurado aquando do fecho de 2025 ascende a 855,372 mil euros. O Resultado antes de depreciações, gastos financeiros e impostos ("EBITDA") observou também a manutenção em valores francamente positivos, registando valores de mais de 1.212 mil euros, respetivamente.

Resultado Líquido



Em termos económico-financeiros, a situação do INESC-ID manteve a tendência de aumento da atividade dos últimos anos, num quadro de estabilidade financeira, à luz de diversos indicadores que se apresentam no quadro abaixo:



(Milhares de Euros)

Informação Financeira	2025	2024	2023	2022	2021	2020
Rendimentos totais	8.197	7.680	6.419	5.217	5.184	4.651
("EBITDA")	1.212	410	420	252	335	262
("EBIT")	679	12	53	18	59	45
Resultado líquido	856	205	101	15	54	40
Ativo líquido	21.124	13.168	14.844	8.266	6.813	7.691
Capital próprio	2.946	1.585	1.550	1.177	1.370	1.304
Investimento	627	656	700	286	244	290

No que se refere à contribuição dos rendimentos por atividades, apresentada no quadro abaixo, observa-se um muito ligeiro aumento da atividade relacionada com os Projetos de I&D cofinanciados (Subsídios à Exploração, no quadro), atingindo um total de 6,4 milhões de euros. Por conseguinte, o crescimento dos Rendimentos operacionais em 2025 teve origem sobretudo na componente de Vendas e Prestação de Serviços, com um aumento de 74%:

(Milhares de Euros)

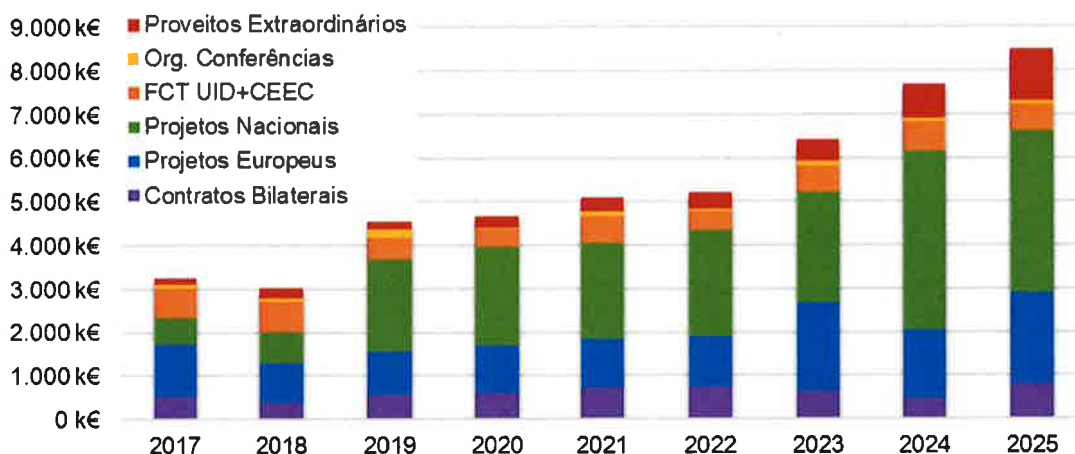
Rendimentos	2025	2024	Var.25/24	Δ%
Rendimentos operacionais				
Vendas e Prestação de Serviços	818	469	349	+74 %
Subsídios à Exploração	6.417	6.355	62	+1 %
Outros Rendimentos	778	657	122	+19 %
Rend. financeiros e Ganhos associados	184	199	-15	-8 %
Rendimentos totais	8.197	7.680	518	+7 %

Nesta análise, verifica-se que a atividade de Projetos de I&D cofinanciados representa, em 2025, cerca de 78% dos Rendimentos operacionais totais.

Conforme representado no gráfico seguinte, a componente de Projetos Nacionais atingiu o total de 3.725 mil euros, representando uma pequena redução face aos 4.098 mil euros observados em 2024. Nestes rendimentos estão incluídos os proveitos provenientes das cinco agendas do programa PRR a decorrer no INESC-ID, cuja execução em 2025 representou um total de rendimentos de 2.906 mil euros.

we
NB
IF
LoS

Proveitos Operacionais



A componente de Projetos Europeus atingiu o total de 2.092 mil euros, representando um aumento de cerca de 511 mil euros face a 2024.

Já a componente referente ao financiamento plurianual da FCT e emprego científico manteve valores muito semelhantes aos observados nos anos anteriores.

Apesar da manutenção da concentração dos proveitos nos projetos de I&D, as Prestações de Serviços diretas para empresas e outros parceiros registaram um aumento significativo no presente exercício, passando de 469 mil euros para 818 mil euros, respetivamente, em 2024 e em 2025 (mais 74%).

Os Outros Rendimentos (designados de Proveitos Extraordinários, no gráfico) totalizaram 1.205 mil euros (mais 54% relativamente a 2024), destacando-se nesta rúbrica o montante referente aos subsídios ao investimento reconhecidos no exercício (361 mil euros) e o montante recebido a título de doações para promoção da atividade de investigação (250 mil euros). Há ainda a referir a manutenção de rendimentos provenientes da atividade de organização de conferências, no valor de 67 mil euros.

me Di
nus
ZF
Los

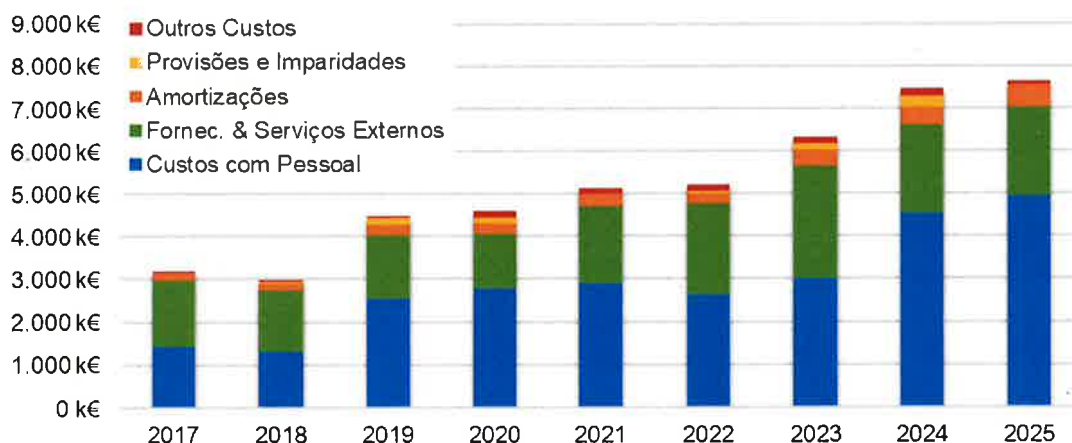
No capítulo dos Gastos, registou-se a seguinte evolução:

(Milhares de Euros)

Gastos	2025	2024	Var.25/24	Δ%
Gastos operacionais				
Fornec. e Serviços Externos	2.079	2.086	-6	0 %
Gastos com Pessoal	4.954	4.541	413	9 %
Amortizações e Depreciações	533	398	136	34 %
Outros gastos	80	445	-366	-82 %
Gastos financeiros	6	5	1	15 %
Gastos totais	7.652	7.475	177	2 %

Os Gastos Totais (7.652 mil euros) mantiveram-se muito próximos dos valores verificados no ano anterior, com um pequeno aumento de cerca de 2%, em linha com o crescimento da atividade. Em particular, os gastos em Fornecimentos e Serviços Externos registaram uma manutenção dos valores observados no ano anterior, enquanto que os Gastos com Pessoal atingiram mais de 4,9 milhões euros, refletindo um aumento de 9% face a 2024, ainda decorrente das contratações necessárias à execução dos projetos de I&D no âmbito do PRR.

Custos Operacionais



me 10!
 n/a
 ICF
 Los

Análise Financeira

A situação financeira do INESC-ID manteve-se equilibrada em 2025. A estrutura patrimonial refletida no Balanço a 31 de dezembro 2025 é, em síntese, a seguinte:

(Milhares de Euros)			
Balanço	2025	2024	Δ %
Ativos fixos	1.160	1.043	11 %
Ativos correntes			
Dívidas correntes a receber	3.763	3.935	-4 %
Diferimentos	26	20	27 %
Disponibilidades	16.176	8.170	98 %
Total do Ativo	21.124	13.168	60 %
Passivo não corrente (Provisões)	149	701	-79 %
Passivos correntes			
Dívidas correntes a pagar	748	514	46 %
Outras Dívidas	9.708	3.471	180 %
Dívidas por financiamentos obtidos	-	-	-
Diferimentos	7.573	6.897	10 %
Total do Passivo	18.178	11.583	57 %
Total dos Fundos Patrimoniais	2.946	1.585	86 %

Indicadores	2025	2024	Δ %
Autonomia Financeira	14 %	12 %	16 %
Liquidez Geral	110,73 %	111,43 %	-0,62 %

O Ativo atinge o valor perto de 21,1 milhões de euros, evidenciando um aumento da ordem de 60% em relação ao ano de 2024. Este aumento apresenta uma natureza conjuntural, devendo-se sobretudo ao valor das Disponibilidades e depósitos bancários a 31 de dezembro de 2025, relacionadas com adiantamentos recebidos destinados à execução dos projetos de I&D cofinanciados. Observa-se ainda um acréscimo ao nível dos ativos fixos (+11%) relacionados com o investimento feito ao nível do equipamento utilizado pelos projetos europeus recentemente iniciados bem como dos projetos financiados no âmbito do PRR.

No Passivo, destaca-se sobretudo o peso relativo da rubrica de Outras Dívidas (9,7 milhões euros) correspondente a verbas a entregar a parceiros de projetos coordenados pelo INESC-ID que observa um substancial aumento de 180%. Uma parte significativa destas verbas

me
P
n
JFC
LOS

foram, entretanto, transferidas aos parceiros, logo nos primeiros dias de 2026. Também a rubrica de Diferimentos observou um aumento para perto de 7,6 milhões euros, relacionados sobretudo com os adiantamentos recebidos das entidades financiadoras.

No Passivo não corrente observa-se a redução resultante da anulação da provisão relativa ao Imposto de Valor Acrescentado (IVA), no valor de 579 mil euros, cujo correspondente processo judicial transitou em julgado ao longo de 2025.

Do lado das origens de fundos, o balanço evidencia a manutenção da capacidade de autofinanciamento do INESC-ID, sem necessidade de recurso a qualquer endividamento financeiro para a realização das atividades de investigação.

Em 2025, os Fundos Patrimoniais registam um acréscimo de cerca de 1,36 milhões de euros (+86%). Além do efeito do resultado líquido de 2025 (855.372 euros), esta evolução reflete, por outro lado, um aumento do registo de subsídios destinados ao investimento (comparativamente com 2024).

O gráfico seguinte ilustra a variação do Capital Próprio do INESC-ID desde a sua constituição, evidenciando uma evolução sustentadamente crescente ao longo dos últimos anos (com a exceção do ano de 2022, em que se verificou uma restituição de prestações acessórias ao associado INESC). Na presente data, o Capital Próprio do INESC-ID é de 2,946 milhões de euros.



5. Perspetivas de Evolução a Médio Prazo

O ano de 2025 foi assinalado pela atribuição ao INESC-ID da classificação máxima de "Excelente" pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), tendo obtido a cotação máxima nos três critérios de avaliação. Esta distinção confirma a posição do INESC-ID como uma das principais unidades de investigação nacionais e como um centro de excelência reconhecido internacionalmente nas áreas das Ciências da Computação e da Engenharia Eletrotécnica e de Computadores e garante-lhe um nível de financiamento plurianual FCT para o período 2025-2029 um pouco superior ao que recebeu por via desta fonte de financiamento, em ciclos anteriores. A este financiamento acresce ainda o financiamento proveniente da renovação do estatuto de Laboratório Associado, em 2021.

No total, em 2025, o INESC-ID teve em execução 52 projetos nacionais, dos quais 5 correspondem à participação em agendas do PRR. Contou ainda com 23 projetos internacionais e 36 contratos bilaterais. De entre estes projetos, destaca-se um conjunto muito significativo de novos projetos iniciados entre janeiro e dezembro de 2025, onde se contam 30 projetos nacionais, 5 projetos internacionais, e 18 contratos bilaterais.

O atual ciclo de crescimento da atividade do INESC-ID iniciou-se em 2019. Desde essa altura, tem-se observado a manutenção de uma fase caracterizada por um forte dinamismo e um consolidado aumento não só dos indicadores que aferem a criação de conhecimento (principal objetivo da instituição), mas também dos indicadores relacionados com a capacidade dos seus investigadores em procurar meios de financiamento do seu trabalho de investigação. A título de exemplo, em 2025, foram submetidas 33 candidaturas a programas nacionais, todas no âmbito de concursos financiados pela FCT (EXP, SAÚDE+, CBM, DT4ST, CMU e UTA). Foram também submetidas 63 propostas destinadas a financiamento internacional de projetos de I&D+i, das quais 53 integradas no âmbito da Comissão Europeia e 10 enquadradas noutros programas de financiamento internacionais.

Para alcançar este objetivo, o INESC-ID tem vindo a adotar uma estratégia de gestão baseada na captura de financiamento europeu como forma de cimentar a sua afirmação científica no

panorama europeu e de garantir estabilidade no seu financiamento. Neste sentido, apostou-se na criação de uma presença efetiva em Bruxelas, com a criação do INESC-HUB, com custos partilhados entre as instituições do universo INESC (INESC-MN, INOV, INESC-TEC e INESC Coimbra). Foi também estabelecido o consórcio INESC-Lisboa, juntando os institutos da esfera INESC sediados em Lisboa (INESC-ID, INOV e INESC-MN), e com a finalidade de potenciar sinergias nas áreas da investigação, desenvolvimento e inovação.

Alinhado com este esforço de consolidação e expansão da sua atividade, o INESC-ID tem vindo a apostar na integração de colaboradores e investigadores especialmente qualificados (PhD) em áreas determinantes para firmar os objetivos de crescimento definidos. Depois de se terem consolidado as equipas de suporte ao gabinete de Gestão da Inovação (*Innovation Management Office*), ao gabinete para a Transferência de Tecnologia e Conhecimento (*Knowledge Transfer Office - KTO*), e ao gabinete de Comunicação, Promoção e Divulgação (*Communication and Outreach Office - COO*), o ano de 2025 marcou o início da organização e estabelecimento de um novo gabinete no INESC-ID (*Project Execution Support Office - PESO*). Este novo gabinete funcionará na charneira entre o IMO e os investigadores, promovendo assim o apoio numa fase de *post-award* e execução dos projetos, e funcionando como interface e ligação entre os investigadores responsáveis dos projetos e as entidades financiadoras (AI², IAPMEI, EU), por um lado, e as ferramentas de apoio e ligação aos instrumentos de gestão internos (ex: plataformas SAP, Thor). Em 2026, perspectiva-se a vinculação de 2 colaboradores especialmente qualificados (com PhD) para dinamizarem o funcionamento deste novo gabinete.

Contudo, este ciclo de crescimento tem vindo a ser sujeito a diversos fatores externos nos contextos social, económico e político. Ultrapassada, ao longo de 2024 e 2025, a primeira escalada da inflação e conseqüentes repercussões económicas observadas no decurso da guerra na Ucrânia e que hoje se fazem sentir por toda a Europa, assistimos hoje a uma deterioração generalizada da estabilidade mundial na sequência do ataque lançado pelos Estados Unidos e por Israel ao Irão no final de fevereiro de 2026. Este novo conflito veio introduzir novos impactos nos fluxos comerciais de petróleo, gás natural e fertilizantes provenientes do Golfo Pérsico, muito devido aos constrangimentos de navegabilidade no

Estreito de Ormuz, que perspetivam conduzir a economia europeia a uma segunda escalada da inflação, com efeitos duradouros que se estenderão ao longo dos próximos anos. Aliados a estes fatores, mantêm-se ainda no horizonte outras dificuldades e riscos acrescidos ao nível dos mercados globais, muito por via das intermitentes imposições de tarifárias alfandegárias pelos Estados Unidos da América sobre as trocas realizadas não só com a Europa, mas também com outros parceiros do mercado global.

Estas alterações, observadas tanto ao nível geopolítico como da defesa da Europa, perspetivam uma maior canalização de fundos para áreas relacionadas com a segurança do território e o armamento. Como consequência desta nova conjuntura, perspetiva-se a possibilidade de algum impacto na atividade do INESC-ID. Se na economia estes impactos são inevitavelmente negativos e de grande dimensão, na atividade regular de I&D as dificuldades e custos acrescidos na aquisição de equipamentos e serviços afetam especialmente a execução de projetos e introduzem incerteza na evolução dos fundos disponíveis para os próximos programas-quadro. Felizmente, estes impactos têm vindo a ser contrapostos com novas oportunidades de projetos competitivos em diversas áreas emergentes e da esfera de intervenção do INESC-ID, como sejam as áreas da saúde, da inteligência artificial, da segurança & defesa, e da aceleração da digitalização da economia.

Não obstante os fatores de incerteza em relação à situação atual, o INESC-ID tem preservado a sua matriz e características próprias, permitindo manter um moderado otimismo em relação ao futuro, muito graças à solidez da sua situação financeira, que lhe permite encarar com alguma confiança os impactos negativos desta conjuntura. Com efeito, apesar destas limitações e restrições de natureza económica, os investigadores do INESC-ID têm mantido uma dinâmica e um esforço muito significativo na procura de financiamento (competitivo e não só).

6. Proposta de Aplicação de Resultados

Em face do resultado líquido observado no final do ano, no montante de 855.372 euros, propomos a seguinte partição deste resultado e consequentes transições para as seguintes contas:

- **Reserva Legal**, no montante de 42.769 euros (5%);
- **Reservas Livres**, no montante de 623.970 euros (correspondente ao valor recuperado no processo do IVA);
- **Resultados Transitados**, no montante de 188.634 euros (este valor acresce aos 692.406 euros apurados no exercício, passando a totalizar 881.040 euros).

7. Proposta de Aumento dos Fundos Patrimoniais por Incorporação dos Resultados Transitados

Considerando a estrutura financeira evidenciada pelo INESC-ID, o qual apresenta:

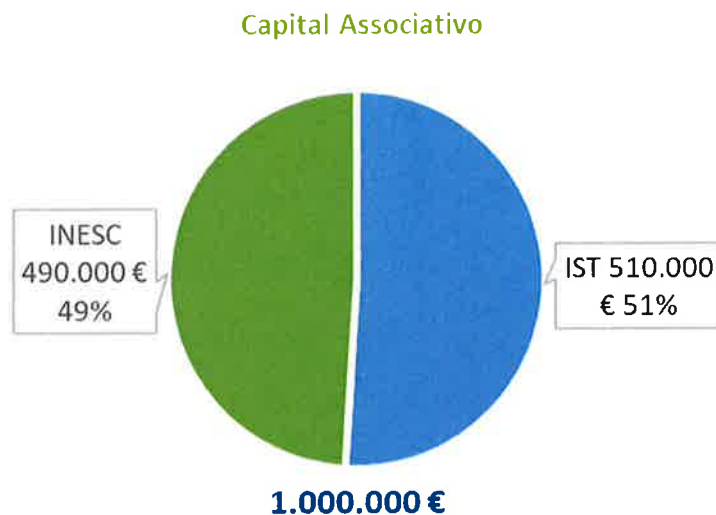
- Capital associativo ("Fundos") no valor de 498.798 euros;
- Resultados transitados positivos de 881.040 euros (após aplicação da proposta de aplicação dos resultados – ver em cima);

e considerando o relevante investimento que está a ser realizado pelo INESC-ID em ativos fixos tangíveis (1.052.229 euros), aliado à conveniência de a instituição manter níveis adequados de solidez e autonomia financeira, propomos um aumento do seu capital associativo, de 498.798 euros para 1.000.000 euros, por incorporação de uma parcela no valor de 501.202 euros dos seus resultados transitados, passando o novo capital associativo, de 1.000.000 euros, a ficar repartido por:

- 510.000 euros detidos pelo IST;

Handwritten notes and signature:
 12/11/2025
 [Signature]
 L05

- 490.000 euros detidos pelo INESC.



8. Considerações Finais


No final deste exercício, cumpre expressar profundo agradecimento a todos os que depositaram confiança no INESC-ID e, em especial: aos seus associados (o Instituto Superior Técnico e o Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores), às entidades financiadoras, aos investigadores, bolsheiros e colaboradores, assim como aos restantes órgãos do INESC-ID, que têm proporcionado um crescimento, em qualidade e quantidade, da atividade da instituição.

Lisboa, 30 de março de 2026.

O Conselho de Diretores

Handwritten signature: Maria Inês Camarate de Campos Lynce de Faria


Prof^a Doutora Maria Inês Camarate de Campos Lynce de Faria
 (Presidente)




Prof. Doutor Miguel Nuno Dias Alves Pupo Correia
(Presidente da Comissão Executiva)



Prof. Doutor João Paulo Baptista de Carvalho
(Vogal Executivo)



Prof. Doutor Nuno Filipe Valentim Roma
(Vogal Executivo)



Prof^a Doutora Helena Isabel de Jesus Galhardas
(Vogal Executivo)

Prof. Doutor Luís Miguel de Oliveira e Silva
(Vogal Não Executivo)



Eng. Fernando Rui de Oliveira Moreira
(Vogal Não Executivo)



ND: we
m
JUR
inesc id
lisboa
S
L65

9. Demonstrações Financeiras

Balanço

Demonstrações de Resultados por Naturezas

Demonstrações de Alterações dos Fundos Patrimoniais

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2025	2024
ATIVO:			
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	6	1 052 229	957 654
Ativos intangíveis	7	31 124	8 562
Participações financeiras		0	0
Outros investimentos financeiros	8	68 057	68 057
Outros ativos financeiros		8 281	8 281
Créditos a receber		0	0
Ativos por impostos diferidos		0	0
Total do ativo não corrente		1 159 690	1 042 553
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	10	874 798	189 052
Estado e outros entes públicos	11	118 587	174 394
Outros créditos a receber	10	2 769 573	3 571 417
Diferimentos	12	25 727	20 249
Outros ativos financeiros		0	0
Caixa e depósitos bancários	4	16 175 683	8 169 885
Total do ativo corrente		19 964 368	12 124 997
Total do ativo		21 124 058	13 167 550

FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO

FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundos	13	498 798	498 798
Outros instrumentos dos fundos patrimoniais	14	0	0
Reserva legal	15	58 588	48 359
Outras reservas		0	0
Resultados transitados	17	692 406	498 048
Excedentes de revalorização		0	0
Ajustamentos em ativos financeiros		0	0
Outras variações nos fundos patrimoniais	16	840 517	335 109
		2 090 308	1 380 314
Resultado líquido do exercício		855 372	204 587
Total dos fundos patrimoniais		2 945 681	1 584 901

PASSIVO:

PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	18	149 002	700 917
Financiamentos obtidos		0	0
Passivos por impostos diferidos		0	0
Outras dívidas a pagar		0	0
Total do passivo não corrente		149 002	700 917

PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	19	556 203	349 698
Estado e outros entes públicos	11	192 207	164 522
Financiamentos obtidos		0	0
Associados e empresas relacionadas		0	0
Outras dívidas a pagar	19	9 707 866	3 470 976
Diferimentos	12	7 573 100	6 896 537
Total do passivo corrente		18 029 375	10 881 733

Total do passivo 18 178 378 11 582 650

Total dos fundos patrimoniais e do passivo 21 124 058 13 167 550

A CONTABILISTA CERTIFICADA
(Nº 91 565)

[Assinatura]

O CONSELHO DE DIRETORES

L.O. Sil

Relatório e Contas 2025

26

[Assinaturas e rubricas]
Mozes
Helena Isabel de Jesus Salgueiro

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2025	2024
Vendas e serviços prestados	22	818 282	469 269
Ganhos imputados de subsidiárias e associadas		0	0
Trabalhos para a própria entidade		0	0
Subsídios à exploração	23	6 417 367	6 355 495
Fornecimentos e serviços externos	24	(2 079 147)	(2 085 529)
Gastos com o pessoal	25	(4 953 655)	(4 540 608)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	0	(242 300)
Provisões (aumentos/reduções)	18	310 915	(27 258)
Aumentos / reduções de justo valor		0	0
Outros rendimentos	26	778 172	656 568
Outros gastos	27	(79 741)	(175 914)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 212 193	409 724
Gastos de depreciação	30	(533 236)	(397 598)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0	0
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		678 957	12 126
Juros e rendimentos similares obtidos	28	183 661	198 561
Juros e gastos similares suportados	29	(6 123)	(5 329)
Resultado antes de impostos		856 496	205 358
Impostos sobre o rendimento do exercício	9	(1 124)	(771)
Resultado líquido do exercício		855 372	204 587
Resultado por unidade de participação		8 554	2 046

A CONTABILISTA CERTIFICADA
(Nº 91 565)

Ária Paula Costa

O CONSELHO DE DIRETORES

António Valente
Mozaz Dias
Luísa de Sousa
Teresa R. J.
Helena Isabel de Sousa
L. O. S. M.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2025	2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		386 076	575 818
Recebimentos de subsídios à exploração		14 010 565	4 669 161
Pagamentos a fornecedores		(2 133 321)	(2 147 287)
Pagamentos ao pessoal		(4 830 605)	(4 385 077)
Fluxos gerados pelas operações		7 432 715	(1 287 384)
Pagamento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos		206 655	326 731
Fluxos das atividades operacionais [1]		7 639 370	(960 653)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis		(630 239)	(488 696)
Participação financeira		-	-
		(630 239)	(488 696)
Recebimentos provenientes de:			
Subsídio ao investimento	16	865 962	127 224
Juros e rendimentos similares		136 828	198 561
Dividendos		-	-
		1 002 790	325 786
Fluxos das atividades de investimento [2]		372 552	(162 910)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(6 123)	(5 329)
Prestações acessórias		-	-
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(6 123)	(5 329)
Variação de caixa e seus equivalentes [4] = [1] + [2] + [3]		8 005 798	(1 128 892)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	8 169 885	9 298 777
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	16 175 683	8 169 885

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A CONTABILISTA CERTIFICADA

(Nº 91 565)

Janice Paula Azeite

O CONSELHO DE DIRETORES

Nuno Filipe Valente

Relatório e Contas 2025

| 29

Maria Dês Comente de Campolongo de Faria
Helene Isabel de Jesus Galvões

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O INESC ID - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa ("Instituto" ou "INESC ID") é uma associação científica e técnica, sem fins lucrativos, constituída em janeiro de 2000, que tem como atividade principal a investigação científica, orientada para a prestação de serviços no campo da inovação tecnológica e a colaboração, neste âmbito, com organismos, empresas e instituições universitárias ou não universitárias.

Na sequência de uma proposta submetida em novembro de 2004 e ao abrigo do Decreto – Lei nº 125/99 de 20 de abril, foi atribuído ao Instituto o estatuto de Laboratório Associado. Com a atribuição deste estatuto por despacho do Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior, o Instituto assumiu novos compromissos relacionados com a prossecução de atividades em diversas áreas, das quais se destacam a investigação em tecnologias de ponta em desenvolvimento de software e hardware.

A 1 de janeiro de 2025 substitui-se o SAP R3 pelo SAP4Hana, com migração de dados e implementação de novas funcionalidades, tendo sido garantida a continuidade das operações.

O Instituto é detido em 51% pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa ("IST") e 49% pelo INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores ("INESC"). Consequentemente, as operações do Instituto são influenciadas conjuntamente por estas duas entidades.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a moeda utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Instituto opera.

É entendimento da Direção que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Instituto, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março de 2011, que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo ("ESNL"), e de acordo com a estrutura concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela da Portaria nº 218/2015 de 23 de julho de 2015 e

Declaração de Retificação nº 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF - ESNL”.

Estas alterações entraram em vigor em 1 de janeiro de 2016, sendo de aplicação obrigatória para exercícios iniciados em ou após aquela data.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, mantidas de acordo com as NCRF - ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

A Direção procedeu à avaliação da capacidade do Instituto operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes, à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Direção concluiu que o Instituto dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, mantidos de acordo com as NCRF - ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.2. Participações financeiras em empresas participadas

As participações financeiras em empresas participadas são registadas ao custo e deduzidas de eventuais perdas de imparidade. As perdas estimadas na sua realização, quando estimadas, são registadas na demonstração dos resultados no período em que ocorrem. Os rendimentos resultantes das participações financeiras (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

É feita uma avaliação das participações financeiras quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Vidas úteis e depreciação:

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Equipamento básico	1 a 7
Equipamento administrativo	5 a 8

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do ativo e é reconhecido em resultados no exercício em que ocorre o abate ou a alienação.

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis, em 3 anos. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

3.5. Imparidade de ativos fixos tangíveis

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis do Instituto possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimada o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.6. Locações

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.7. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente da data/momento da sua faturação. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.8. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que o Instituto irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos. Caso ocorram fatos subsequentes que demonstrem existir um risco de não cobrança destes valores, são registadas imparidades para cobrir este risco.

Subsídios ao investimento:

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de aquisições de ativos fixos tangíveis são registados nos fundos patrimoniais, como outras variações nos fundos patrimoniais, na rubrica de subsídios, e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos

ativos fixos tangíveis subsidiados.

Subsídios à exploração:

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar gastos já incorridos ou que não têm gastos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do exercício em que se tornam recebíveis.

Os subsídios obtidos no âmbito da execução dos projetos nacionais ou no âmbito de projetos europeus são registados na rubrica “Subsídios à exploração”, na parte correspondente aos gastos incorridos em cada projeto, independentemente do momento do seu recebimento, registando-se no passivo (Diferimentos) os adiantamentos e no ativo (Outros créditos a receber) os montantes a receber.

3.9. Impostos sobre o rendimento

Dado o seu estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública, o Instituto encontra-se isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”). Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, o Instituto encontra-se, contudo, sujeito a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

3.10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões:

São reconhecidas provisões apenas quando o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes:

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes:

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11. Rédito

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Instituto;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

Nos casos em que existe uma incerteza fundamental na cobrança de saldos de clientes e ou outros devedores, a correspondente receita originada pelos serviços prestados pelo Instituto é integralmente diferida.

O rédito dos contratos de prestações de serviços de carácter plurianual é apurado de acordo com o estado de execução dos projetos e na parte correspondente aos gastos efetivamente incorridos, registando-se no ativo os valores a faturar com base em estimativas desses gastos, ou no passivo os serviços por prestar.

3.12. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Instituto se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde ao valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante na data do balanço e na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes e outros créditos a receber;
- Fornecedores e outras dívidas a pagar; e

- Financiamentos obtidos.

Caixa e equivalentes de caixa:

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a seis meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário.

Imparidade de ativos financeiros:

Os ativos financeiros classificados são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no exercício em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

O Instituto desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais o Instituto reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

O Instituto desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.13. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.14. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Reconhecimento de subsídios à exploração:

O Instituto regista os subsídios à exploração de acordo com a fase de acabamento dos projetos que lhes estão associados.

- Registo de provisões:

O Instituto analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

- Perdas por imparidade em contas a receber:

O risco de não cobrança dos saldos de contas a receber, em particular de valores a receber relativos a subsídios à exploração, é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica da entidade financiadora, natureza do projeto envolvido e enquadramento macroeconómico. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

3.15. Classificações de balanço

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes, os ativos realizáveis e os passivos cuja exigibilidade o Instituto não detenha um direito incondicional de diferir para um período superior a um ano da data do balanço, ou que são expectáveis que se realizem no decurso normal das operações.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em Euros)



ND
me
NM
rf
Los

	2024			
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto:				
Saldo inicial	1 976 411	38 211	320	2 014 941
Aquisições	270 811	8 896	375 983	655 690
Abates	-	-	-	-
Transferências	24 568	-	(24 568)	-
Saldo final	2 271 790	47 106	351 735	2 670 631
Depreciações:				
Saldo inicial	1 282 519	32 861	-	1 315 379
Depreciações do exercício (Nota 30)	392 292	5 304	-	397 597
Reversões	-	-	-	-
Saldo final	1 674 811	38 165	-	1 712 976
Ativo líquido	596 977	8 941	351 735	957 654

O aumento verificado na rubrica de “Equipamento básico” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, corresponde, essencialmente, à aquisição de equipamentos informáticos e equipamento tecnológico para a execução dos diversos projetos de inovação tecnológica que o Instituto atualmente executa. Encontravam-se em ativo em curso no final do exercício equipamentos que carecem de montagem por parte da entidade e, por essa razão, não estavam prontos a ser utilizados no final do ano.

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em Euros)



we
D!
m
ICF
\$
LoS

	2025		
	Programas de computador	Ativos Intangíveis em curso	Total
Ativo bruto:			
Saldo inicial	1 600	8 562	10 162
Aquisições	840	31 124	31 964
Abates	-	(8 562)	(8 562)
Transferências	-	-	-
Saldo final	2 440	31 124	33 564
Amortizações:			
Saldo inicial	1 600	-	1 600
Abates	-	-	-
Amortizações do exercício (Nota 30)	840	-	840
Saldo final	2 440	-	2 440
Ativo líquido	-	31 124	31 124
	2024		
	Programas de computador	Ativos Intangíveis em curso	Total
Ativo bruto:			
Saldo inicial	1 600	-	1 600
Aquisições	-	8 562	8 562
Abates	-	-	-
Saldo final	1 600	8 562	10 162
Amortizações:			
Saldo inicial	1 600	-	1 600
Abates	-	-	-
Amortizações do exercício (Nota 30)	-	-	-
Saldo final	1 600	-	1 600
Ativo líquido	-	8 562	8 562

8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Instituto detinha as seguintes participações financeiras:

Rubricas	2025			Valor da participação em balanço
	Percentagem de participação	Valor da participação	Perdas por imparidade	
INOV Instituto Engenharia Sistemas Computadores Inovação	5%	33 486	-	33 486
Petsys, S.A.	6%	23 310	(23 310)	-
Voiceinteration, S.A.	20%	20 000	-	20 000
Neuralshift, Deep Learning Servics, Lda. ("Neuralshift")	4,7%	2 571	-	2 571
SiliconGate, Lda.	2%	1 000	-	1 000
Smart	6%	6 000	-	6 000
Testwaves	2%	5 000	-	5 000
		91 367	(23 310)	68 057

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido nas rubricas de "Participações financeiras", foi o seguinte:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em Euros)

me
M
my
IF
LoS

Rubricas	2025			Saldo final
	Saldo inicial	Aquisição/ alienação	Reversão de Imparidade	
INOV Instituto Engenharia Sistemas Computadores Inovação	33 486	-	-	33 486
Petsys, S.A.	23 310	-	-	23 310
Voiceinteration, S.A.	20 000	-	-	20 000
Neuralshift, Deep Learning Services, Lda. ("Neuralshift")	2 571	-	-	2 571
SiliconGate, Lda.	1 000	-	-	1 000
Smart	6 000	-	-	6 000
Testwaves	5 000	-	-	5 000
	<u>91 367</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>91 367</u>
Ajustamentos por perdas por imparidade:				
Petsys, S.A.	(23 310)	-	-	(23 310)
	<u>(23 310)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(23 310)</u>
	<u>68 057</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>68 057</u>
Rubricas	2024			Saldo final
	Saldo inicial	Aquisição/ alienação	Reversão de Imparidade	
INOV Instituto Engenharia Sistemas Computadores Inovação	33 486	-	-	33 486
Petsys, S.A.	23 310	-	-	23 310
Voiceinteration, S.A.	20 000	-	-	20 000
Neuralshift, Deep Learning Services, Lda. ("Neuralshift")	2 571	-	-	2 571
SiliconGate, Lda.	1 000	-	-	1 000
Smart	6 000	-	-	6 000
Testwaves	5 000	-	-	5 000
	<u>91 367</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>91 367</u>
Ajustamentos por perdas por imparidade:				
Petsys, S.A.	(23 310)	-	-	(23 310)
	<u>(23 310)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(23 310)</u>
	<u>68 057</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>68 057</u>

A participação financeira na Petsys, S.A, encontra-se diminuída por perdas por imparidade, dado que o seu valor estimado de realização é inferior ao custo de aquisição. Em 31 de Dezembro de 2025, o Instituto não antecipa perda nos investimentos financeiros para além dos valores provisionados.

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Dado o seu estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública, o INESC ID encontra-se isento de IRC. Nos termos do artigo 88º do IRC, o INESC ID encontra-se, contudo, sujeito a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado e que, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, ascenderam a 1 124 Euros e 771 Euros, respetivamente (Nota 11).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais por um período de quatro anos (cinco anos de Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do INESC ID dos exercícios de 2021 a 2025 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Direção do Instituto entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte



das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

10. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os créditos a receber do Instituto tinham a seguinte composição:

	2025		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes:			
Clientes gerais	1 012 965	(138 166)	874 798
Partes relacionadas (Nota 31)	-	-	-
	<u>1 012 965</u>	<u>(138 166)</u>	<u>874 798</u>
Outros créditos a receber:			
Subsídios a receber	4 435 701	(1 796 000)	2 639 701
Adiantamentos a fornecedores	42 475	-	42 475
Outros devedores - gerais	87 396	-	87 396
	<u>4 565 573</u>	<u>(1 796 000)</u>	<u>2 769 573</u>
	<u>5 578 537</u>	<u>(1 934 166)</u>	<u>3 644 371</u>
	2024		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes:			
Clientes gerais	327 218	(138 166)	189 052
Partes relacionadas (Nota 31)	-	-	-
	<u>327 218</u>	<u>(138 166)</u>	<u>189 052</u>
Outros créditos a receber:			
Subsídios a receber	5 000 685	(1 555 000)	3 445 685
Adiantamentos a fornecedores	30 512	-	30 512
Outros devedores - gerais	95 220	-	95 220
	<u>5 126 417</u>	<u>(1 555 000)</u>	<u>3 571 417</u>
	<u>5 453 635</u>	<u>(1 693 166)</u>	<u>3 760 469</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Clientes inclui saldos com partes relacionadas no montante de 0 Euros (Nota 31).

Os subsídios a receber em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respeitam aos montantes a receber referentes aos subsídios obtidos no âmbito da execução dos projetos nacionais e europeus reconhecidos na rubrica de "Subsídios à exploração", na parte correspondente aos gastos incorridos em cada projeto, independentemente do momento do seu recebimento. As perdas por imparidade registadas correspondem à melhor estimativa da Direção do Instituto para parcelas que não serão recebidas.

O movimento das perdas por imparidade acumuladas para contas a receber nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi como segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em Euros)

Descrição	2025				Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	Reversões	Utilizações	
Clientes	(138 166)	-	-	-	(138 166)
Outros créditos a receber	(1 555 000)	(241 000)	-	-	(1 796 000)
	<u>(1 693 166)</u>	<u>(241 000)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1 934 166)</u>

Descrição	2024				Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	Reversões	Utilizações	
Clientes	(138 166)	-	-	-	(138 166)
Outros créditos a receber	(1 312 700)	(242 300)	-	-	(1 555 000)
	<u>(1 450 866)</u>	<u>(242 300)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1 693 166)</u>

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” tinham a seguinte composição:

	2025	2024
Ativo:		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (a)	<u>118 587</u>	<u>174 394</u>
Passivo:		
IRC:		
Estimativa de imposto (Nota 9)	1 124	771
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	28 619	39 076
Contribuições para a Segurança Social	59 109	76 698
Imposto sobre o Valor Acrescentado	103 355	47 977
	<u>192 207</u>	<u>164 522</u>

(a) O valor de Imposto sobre o Valor Acrescentado, respeita a imposto a recuperar, resultante de aquisições de bens e serviços no âmbito da atividade de investimento e de investigação do Instituto.

12. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas do ativo e passivo corrente “Diferimentos” tinham a seguinte composição:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em Euros)



ma
D!
m
JCF
\$
los

	2025	2024
<u>Ativo:</u>		
Outros	25 272	20 249
<u>Passivo:</u>		
Subsídios à exploração	6 204 026	4 929 685
Outros	1 369 073	1 966 852
	<u>7 573 100</u>	<u>6 896 537</u>

13. FUNDOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os fundos do Instituto encontram-se totalmente subscritos e realizados, sendo compostos por 100 unidades de participação com o valor nominal de 4.987,98 Euros cada.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os fundos do Instituto estavam repartidos pelas seguintes entidades:

	%	Montante
IST	51%	254.387
INESC	49%	244.411
	<u>100%</u>	<u>498.798</u>

14. OUTROS INSTRUMENTOS DOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os outros instrumentos dos fundos patrimoniais respeitam a prestações suplementares concedidas pelo INESC que se encontram a 0 Euros. O Instituto segue o estipulado na legislação comercial, equiparando as mesmas ao regime de reembolso das prestações suplementares dado que não vencem juros e não têm prazo de reembolso definido e o seu reembolso só pode ser efetuado quando, após o seu pagamento, os fundos patrimoniais não fiquem inferiores à soma do fundo e da reserva legal.

15. RESERVA LEGAL

O Instituto segue o estipulado na legislação comercial que estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% dos fundos. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Instituto, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada nos fundos.

16. OUTRAS VARIACÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Outras variações nos

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em Euros)



Handwritten notes: "ha", "D!", "m", "ICF", "Lof" with arrows pointing to various parts of the page.

fundos patrimoniais” apresentou o seguinte movimento:

	Outras variações nos fundos patrimoniais
Saldo em 1 de janeiro de 2024	504 799
Reconhecimento do exercício (Nota 26)	(296 916)
Subsídios obtidos	127 226
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>335 109</u>
Reconhecimento do exercício (Nota 26)	(360 554)
Subsídios obtidos	865 962
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>840 517</u>

Estes montantes respeitam aos subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de aquisições de ativos fixos tangíveis e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

17. APLICAÇÃO DO RESULTADO

Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

De acordo com a Assembleia Geral de 15 de abril de 2025, o resultado líquido do exercício findo a 31 de dezembro de 2024, disponível para aplicação, de 204 587 Euros, foi aplicado da seguinte forma:

Reserva legal	10 229
Resultados transitados	194 357
	<u>204 587</u>

Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

De acordo com a Assembleia Geral de 8 de abril de 2024, o resultado líquido do exercício findo a 31 de dezembro de 2023, disponível para aplicação, de 101 071 Euros, foi aplicado da seguinte forma:

Reserva legal	5 054
Resultados transitados	96 017
	<u>101 071</u>

18. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor das provisões tinha a seguinte composição:

	2025	2024
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-	579 327
Outras provisões	149 002	121 590
	<u>149 002</u>	<u>700 917</u>



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em Euros)

me
D!
my
if
Loj

Na sequência de revisões efetuadas pelas autoridades fiscais ao Imposto sobre o Valor Acrescentado referente aos exercícios de 2003 a 2005, o Instituto foi, no decurso de 2007 e 2008, notificado para proceder a liquidações adicionais nos montantes de, aproximadamente, 125.000 Euros e 337.000 Euros. Em exercícios anteriores, o Instituto procedeu ao pagamento parcial de liquidações, no montante de, aproximadamente, 155.000 Euros e reconheceu provisões relacionadas com os riscos fiscais associados, no montante de aproximadamente, 579.000 Euros, tendo, no entanto, procedido à apresentação de impugnações judiciais por desacordo dos fundamentos técnicos apresentados pela Administração Fiscal, as quais se encontram em curso, no Tribunal Administrativo e Fiscal.

No decurso de 2024, foi proferido pelo Tribunal Tributário, relativamente ao processo de 2005. Este acórdão é totalmente favorável ao Instituto, estando a aguardar o trânsito em julgado no final do exercício de 2024.

Em 2025, este processo transitou em julgado e o Instituto recebeu os valores de reembolso a que tinha direito e a garantia prestada foi cancelada. Em consequência, a provisão de 579 327 Euros foi revertida. Ainda em 2025, transitou em julgado o processo referente a 2003, encontrando-se nesta data o Instituto a aguardar o reembolso do valor fixado na sentença, no montante de 86 723 Euros, acrescido dos respetivos

O movimento das provisões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi como segue:

Descrição	2025			Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	Reversões	
Imposto sobre o Valor Acrescentado	579 327	-	(579 327)	-
Outras provisões	121 590	27 412	-	149 002
	<u>700 917</u>	<u>27 412</u>	<u>(579 327)</u>	<u>149 002</u>

Descrição	2024			Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	Reversões	
Imposto sobre o Valor Acrescentado	579 327	-	-	579 327
Outras provisões	94 332	27 258	-	121 590
	<u>673 659</u>	<u>27 258</u>	<u>-</u>	<u>700 917</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o balanço inclui um ativo relativo a Imposto sobre o Valor Acrescentado (“IVA”), no montante de 118 587 Euros e de 174.394 Euros (Nota 11).

19. **FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” tinham a seguinte composição:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em Euros)



	2025	2024
Fornecedores:		
Gerais	77 176	62 451
Partes relacionadas (Nota 31)	313 202	50 142
Fornecedores de investimento	165 825	237 105
	<u>556 203</u>	<u>349 698</u>
Outras dívidas a pagar:		
Credores por acréscimo de gastos:		
Remunerações a liquidar (a)	838 042	1 005 843
Outros acréscimos (b)	496 586	432 542
Outras dívidas a pagar (c)	8 373 238	2 032 591
	<u>9 707 866</u>	<u>3 470 976</u>
	<u>10 264 069</u>	<u>3 820 673</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de acréscimos de gastos de remunerações a liquidar, inclui a estimativa de prémios a pagar a bolsеiros e investigadores, no montante de, aproximadamente, 495 237 Euros e 610 000 Euros, respetivamente (Nota 31).

(b) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de outros acréscimos de gastos, inclui a um saldo com partes relacionadas nos montantes de 857 323 Euros e 1.000.100 Euros, respetivamente (Nota 31).

(c) Na rubrica de "Outras dívidas a pagar", em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão incluídos 1.971.968 Euros e 8 316 260 Euros, respetivamente, a entregar a parceiros de projetos nos quais o Instituto é o coordenador e o representante perante a entidade financiadora (Nota 24).

20. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Instituto não utiliza bens adquiridos ao abrigo de contratos de locação financeira, existindo diversos contratos de locação operacional, essencialmente, relacionados com o arrendamento de espaços ao INESC.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a liquidar no prazo de um ano (curto prazo), correspondem a, aproximadamente, 444 327 Euros e 405 945 Euros. As locações operacionais são referentes ao contrato de arrendamento relativo às suas instalações sem período definido, sendo expectável que o valor das rendas se mantenha nos próximos 5 anos em valores similares aos de 2025 e 2024.

O gasto com rendas e alugueres reconhecido na demonstração dos resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi de 447 182 Euros e 426.875 Euros, respetivamente.

21. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2025 está cancelada a garantia bancária que o Instituto tinha solicitado a favor da Direção-Geral das Contribuições e Impostos, relacionada com as liquidações efetuadas pelas autoridades

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em Euros)



Handwritten notes and signatures in blue ink, including 'N2', 'w', 'nm', 'IF', and 'L05'.

fiscais, em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado (“IVA”), dos exercícios de 2004 e 2005, no montante de 359.327 Euros (Nota 18).

22. RÉDITO

As prestações de serviços, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram integralmente realizadas no mercado nacional e tinham o seguinte detalhe:

	2025	2024
Prestações de serviços	818 282	469 269

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram prestados serviços a partes relacionadas, nos montantes de 0 Euros e 702 Euros, respetivamente (Nota 31).

23. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

A rubrica “Subsídios à exploração”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tinha a seguinte composição:

	2025	2024
Projetos nacionais	4 324 614	4 774 139
Projetos europeus	2 092 753	1 581 356
	6 417 367	6 355 495

Os valores recebidos pelo Instituto, correspondentes a subsídios à exploração, encontram-se sujeitos a diversos níveis de verificação e a exames a realizar pelas entidades que os concederam. Assim, os montantes recebidos a título de subsídios e ainda não integralmente verificados e examinados por aquelas entidades, podem ser sujeitos a eventuais correções. Contudo, a Direção do Instituto entende que eventuais correções resultantes de revisões / inspeções por parte das autoridades competentes não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025, considerando as perdas por imparidade registadas nas mesmas (Nota 10).

24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tinha a seguinte composição:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em Euros)

N.º
we
nm
IF
log

	2025	2024
Trabalhos especializados	694 052	600 106
Rendas e alugueres	447 182	426 875
Conferências	41 381	81 722
Honorários	66 547	138 047
Deslocações e estadas	613 557	600 707
Ferramentas e utensílios	45 125	41 896
Componentes	186	5 835
Livros e documentação técnica	3 778	3 421
Comunicação	4 886	7 624
Outros	162 453	179 296
	<u>2 079 147</u>	<u>2 085 529</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram obtidos serviços de partes relacionadas, no montante de 987 857 Euros 785.665 Euros, respetivamente (Nota 31).

25. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica “Gastos com o pessoal”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tinha a seguinte composição:

	2025	2024
Remunerações	2 441 737	2 551 847
Bolsas	1 858 616	1 281 718
Encargos sobre as remunerações ao pessoal	523 416	554 772
Seguros	76 356	88 619
Prémios, bónus e gratificações	30 000	30 000
Indemnizações	16 443	31 410
Outros	7 088	2 242
	<u>4 953 655</u>	<u>4 540 608</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Instituto reconheceu os montantes de 218 911 Euros e 176.419 Euros, respetivamente, de cedências de pessoal efetuadas por partes relacionadas (Nota 31).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Instituto teve ao seu serviço, em média, 71 e 57 empregados, respetivamente.

O INESC ID tem por procedimento atribuir prémios anuais aos seus empregados, bolseiros e investigadores. O valor total anual destes prémios depende do desempenho das pessoas e do volume de horas de dedicação, sendo este último critério aplicável aos bolseiros e investigadores.

26. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica “Outros rendimentos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tinha a seguinte composição:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em Euros)

Handwritten notes: "Lof" and a signature.

	2025	2024
Conferências realizadas	71 417	73 350
Doações	250 157	192 769
Subsídios ao investimento (Nota 16)	360 554	296 916
Outros	96 044	93 534
	<u>778 172</u>	<u>656 568</u>

27. OUTROS GASTOS

A rubrica “Outros gastos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tinha a seguinte composição:

	2025	2024
Inscrições	30 917	31 767
Quotizações	20 837	23 039
Outros	27 988	121 108
	<u>79 741</u>	<u>175 914</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram registados outros gastos referentes a partes relacionadas, no montante de 36 825 Euros e 25 404 Euros, respetivamente (Nota 31).

28. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e rendimentos similares obtidos reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 ascenderam a 183 661 Euros e 198.561 Euros, respetivamente, e respeitam à remuneração sobre depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, remuneradas a taxas normais de mercado para operações similares.

29. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Os juros e gastos similares suportados reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 ascenderam 6 123 Euros e 5.329 Euros, respetivamente.

30. DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES

As rubricas de “Gastos de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tinham a seguinte composição:

	2025	2024
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	532 395	397 598
Ativos intangíveis (Nota 7)	840	-
	<u>533 236</u>	<u>397 598</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em Euros)

31. PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas:

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	2025			
	Serviços prestados (Nota 22)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 24)	Gastos com o pessoal (Nota 25)	Outros gastos (Nota 27)
INESC	-	396 282	129 640	3 852
INOV INESC Inovação	-	57 414	89 271	2 922
INESC MN	-	4 686	-	44
INESCTEC	-	22 126	-	-
Instituto Superior Técnico ("IST")	-	507 349	-	30 007
	-	987 857	218 911	36 825
	2024			
	Serviços prestados (Nota 22)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 24)	Gastos com o pessoal (Nota 25)	Outros gastos (Nota 27)
INESC	702	427 176	107 989	1 295
INOV INESC Inovação	-	111 332	68 430	-
INESC MN	-	-	-	-
Instituto Superior Técnico ("IST")	-	234 281	-	24 109
	702	785 665	176 419	25 404

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as transações efetuadas entre as partes relacionadas respeitam, essencialmente, a rendas de espaços, cedências de meios humanos e gastos administrativos.

Saldos com partes relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Instituto apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2025			2024		
	Outras dívidas a pagar (Nota 19)	Fornecedores (Nota 19)	Clientes (Nota 10)	Outras dívidas a pagar (Nota 19)	Fornecedores (Nota 19)	Clientes (Nota 10)
INESC	-	50 454	-	-	30 486	663
INOV	86 086	27 060	-	57 414	17 195	-
IST	745 237	235 688	-	910 000	2 461	-
INESC MN	-	-	-	4 686	-	-
INESC TEC	26 000	-	-	28 000	-	-
	857 323	313 202	-	1 000 100	50 142	663

32. RESULTADO POR UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO

O resultado por unidade de participação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi determinado como segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em Euros)



	2025	2024
Resultado líquido do exercício	855 372	204 587
Número de unidades de participação (Nota 13)	100	100
Resultado por unidade de participação básico	<u>8 553,72</u>	<u>2 045,87</u>

Por não existirem efeitos diluidores, o resultado por unidade de participação básico é igual ao resultado por unidade de participação diluído.

A CONTABILISTA CERTIFICADA

(Nº 91 565)

Marie Perbache

O CONSELHO DE DIRETORES

[Signature]
 Mrs. Glória Valeh
 Presidente do Conselho de Administração
 Maria Inês Gonçalves de Campos Lúcio
 de Faria
[Signature]
 Helena Isabel de Jesus Galvão
 L. OSA



10. Relatórios e Pareceres dos Órgãos de Fiscalização

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Certificação Legal de Contas

Relatório de Auditoria



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Aos Associados do

Inesc ID - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e inclui os documentos de prestação de contas do INESC ID - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa, relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2025 os quais são da responsabilidade da Direção.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do Inesc ID - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido da Direção e dos diversos serviços do Instituto as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, auditámos o Balanço em 31 de dezembro de 2025, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do ano de 2025 preparado pela Direção e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho efetuado, o Revisor Oficial de Contas emitiu nesta data a Certificação Legal das Contas, sem reservas nem ênfases, a cujo teor damos a nossa concordância.

Face ao exposto, somos de parecer que as demonstrações financeiras suprareferidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, para efeitos de apreciação em Conselho Geral de Associados.

Lisboa, 17 de abril de 2026



O CONSELHO FISCAL

João Manuel Ricardo Catarino - Presidente



Isabel Dias - Vogal



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda. - Vogal
Representada por Victor Domingos Seabra Franco, ROC nº 432
ROC registado na CMVM com o n.º 20160133

Grant Thornton

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1361, 5.º
4100-130 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do INESC ID – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa (Instituto) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 21.124.058 euros e um total de fundos patrimoniais de 2.945.681 euros, incluindo um resultado líquido de 855.372 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do INESC ID – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Instituto nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Instituto de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Instituto de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Instituto.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Instituto;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Instituto para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Instituto descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Instituto, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 17 de abril de 2026



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Representada por Victor Domingos Seabra Franco, ROC N.º 432

ROC registado na CMVM com o n.º 20160133



RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **INESC ID - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa**, (adiante também designado por INESC ou Instituto), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 21 124 058 euros e um total dos fundos patrimoniais de 2 945 681 euros, incluindo um resultado líquido de 855 372 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Outras Matérias

O nosso exame incidiu sobre as demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2025, após a nossa contratação em 2 de dezembro de 2025, sendo que as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram objeto de exame por outro auditor e por um revisor oficial de contas, que emitiram em 4 de abril de 2025 opiniões não modificadas.

As demonstrações financeiras são sujeitas a exame pelo revisor oficial de contas que emitiu em 17 de abril de 2026 a respetiva certificação legal das contas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do INESC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

É da responsabilidade do órgão de gestão: (i) a preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) a elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) a avaliação da capacidade do Instituto de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Instituto.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do INESC;

- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do INESC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o INESC descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Lisboa, 30 de abril de 2026



Rui Manuel Vicente Fernandes
(ROC nº 1685, inscrito na CMVM sob o nº 20161295),
em representação de BDO & Associados, SROC, S.A.